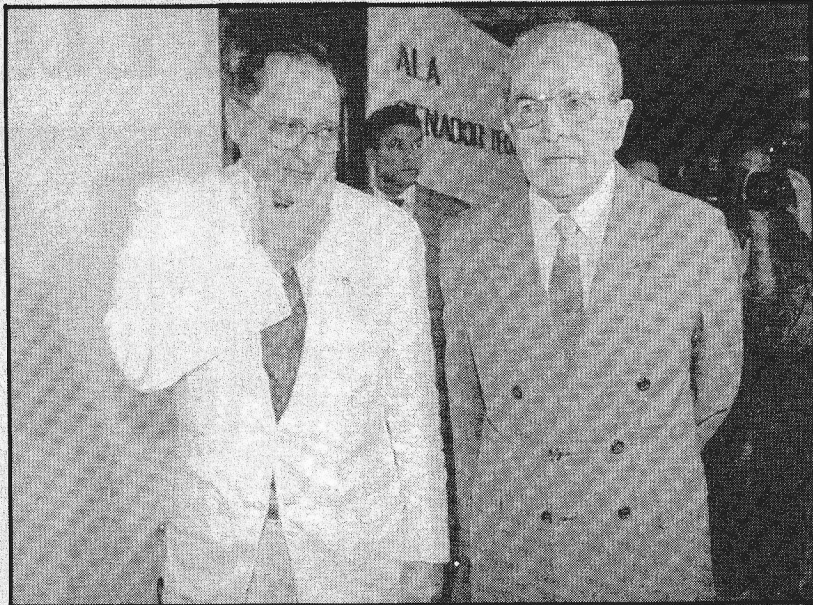


Relatório parcial acusa seis pelo desvio de subvenções

Roberto Stuckert

BRASÍLIA — O relatório parcial da subcomissão de subvenções sociais da CPI do Orçamento aponta seis deputados com fortes indícios de envolvimento no desvio de recursos: José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), João de Deus Antunes (PPR-RS), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA) e João Alves (sem partido-BA), além do suplente Fêres Nader (PTB-RJ). A subcomissão pede ainda a quebra de sigilo de mais um deputado: Paulo Portugal (PP-RJ), acusado de desviar US\$ 1,4 milhão.



O relator Roberto Magalhães e o presidente da CPI, Jarbas Passarinho

O relatório foi entregue ontem ao relator-geral da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Ele disse que está comprovada a irregularidade na aplicação de recursos, mas é preciso analisar o envolvimento dos deputados:

— Houve irregularidades na administração dos recursos. Daqui para a frente, quem quiser fazer caridade com dinheiro público, terá que recorrer à LBA. Vamos acabar com o chamado

“adendo II” do Orçamento — afirmou Magalhães.

O relator se referia à rubrica orçamentária que estabelecia uma quota para cada parlamentar enviar às entidades de sua preferência. Foi nesse “adendo II” que o deputado Paulo Portu-

gal enviou US\$ 1,4 milhão para a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jesus de Itabapoana. O endereço é o mesmo da centro clínico Winston e da Casa de Saúde Aurora Avelina. A razão social era Portugal Tannus & Cia Ltda.